

Althaia S.A.  
Indústria  
Farmacêutica

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019 e 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>8</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>15</b>
<b>Demonstração do valor adicionado</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>17</b>

## Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### Mensagem da Administração

Apresentamos os resultados do ano de 2019 da Althaia orgulhosos do trabalho realizado por todos na Companhia, uma vez que, por mais um ano consecutivo, alcançamos resultados positivos e crescentes, atingindo nossa meta. O nosso desempenho esteve fortemente alinhado à nossa visão de futuro, explícita em nosso Planejamento Estratégico, e refletiu nosso compromisso de fazer bem feito, com paixão, respeito, agilidade e responsabilidade.

Encerramos o ano com receita operacional líquida de R\$ 140,9 milhões, o que representa crescimento de 64,01% em relação ao ano anterior. O espírito de servir, enraizado em nosso DNA, é o motor que faz a diferença. Com foco, consolidamos nossa presença nos clientes os quais já atuávamos e, concomitantemente, desenvolvemos novas parcerias e entramos em novos clientes. Com todos esses esforços, nosso lucro líquido em 2019 atingiu R\$ 10,4 milhões.

Buscamos também a reinvenção por meio do desenvolvimento e execução de processos definidos e estruturados, automação dos processos, inovação no desenvolvimento de soluções e busca contínua pelo novo.

Planejamento Estratégico: crescimento orgânico com rentabilidade, diversificação e capilaridade. Ao mesmo tempo, mantivemos alta taxa de retenção de clientes no ano. Em 2019, ocorreram ainda relevantes mudanças societárias com objetivo de simplificação da estrutura do grupo.

Nossa filosofia é de inconformismo com o atual e a busca contínua pelo aperfeiçoamento, de modo que hoje nossos produtos e serviços sejam sempre melhores do que ontem. Nós estamos constantemente competindo com nós mesmos, revendo processos e buscando inovação para entregar mais e melhor. O que mais nos orgulhamos é que o exercício realizado em 2019 nos deixou ainda mais sólidos. Olhamos para o futuro e vemos um horizonte de opções e soluções, e isso nos enche de motivação e inspiração. Para tornar esse futuro cada vez mais próximo, sabemos que o pilar humano é o mais importante.

### Reestruturação societária

Em 27 de novembro de 2019, como parte da reorganização societária, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação da Value Pharma Participações S.A.,

#### Unidade Atibaia

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park  
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 - Atibaia I SP  
CEP: 12952 820  
Telefone: (11) 4417 - 7500

#### Unidade São Paulo

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756  
Jd. Maria Luiza - São Paulo I SP  
CEP: 05564 000  
Telefone: (11) 3732 - 2660

#### Unidade Pouso Alegre

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100  
Bairro Mirante do Paraíso - Pouso Alegre I MG  
CEP: 37550 000  
Telefone: (35) 3187 - 0910

anteriormente controladora direta da Companhia. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a Companhia, tornou-se sua sucessora.

Como a adquirida era uma holding por natureza e suas operações estavam limitadas a equivalência patrimonial da Companhia, a incorporação não trouxe impactos significativos nos registros contábeis e posição financeira e operacional da Companhia. Por se tratar de uma incorporação reversa, a operação resultou na troca da participação societária detida pelos acionistas na Value Pharma Investimentos e Participações S.A. – VPIP por participação societária direta no capital social da Companhia, mantendo-se, para tanto, a mesma proporção por eles detidas no capital social da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. – VPIP.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia incorporou o acervo líquido da parte relacionada e empresa irmã sob controle comum, Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda, cuja unidade de negócio tem atuação no mercado de nutracêuticos (suplementos alimentares), sendo uma linha dentro do segmento farmacêutico voltada à prevenção de doenças. O propósito da incorporação é de ampliação do portfólio da Companhia, com a ampliação do alcance do negócio como um todo, atuando em ambos mercados, de prevenção e de tratamento.

Como resultado, a incorporada, Equaliv, foi extinta e a Companhia passou a ser sua sucessora, exercendo as mesmas atividades no mesmo local.

Esta reestruturação societária promoveu uma simplificação operacional que corrobora com a otimização de processos, uma premissa presente em todas as decisões estratégicas da companhia.

## **Desempenho Econômico-financeiro**

### ***Receita Operacional Líquida***

Seguindo preceito básico adotado pela Companhia, de sempre buscar o crescimento dos negócios, e em linha com as diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, a Companhia manteve a receita operacional líquida em expansão no exercício de 2019, cumprindo a meta interna de crescimento, a despeito do cenário econômico atual. O desempenho da Companhia proporcionou receita líquida de R\$ 140,9 milhões no ano, superando em 64,01% o registrado no ano anterior (R\$ 85,9 em 2018).

### ***Lucro Bruto***

O crescimento da receita líquida em 2019 em relação ao exercício anterior foi somado a uma melhor performance de custo das vendas e serviços prestados, que representou 45,58% da receita líquida, e apresentou redução de 1,69 pontos percentuais comparado a 47,27% em 2018. O desempenho resultou no lucro bruto de R\$ 76,7 milhões em 2019, 69,26% superior ao registrado em 2018. A margem bruta obtida, de 54,42%, representa aumento de 1,69 ponto percentual sobre a do ano anterior.

### ***Despesas Operacionais***

As despesas operacionais na Companhia são representadas, em sua maior parte, pelas despesas gerais e administrativas (DGA). Em 2019, esse grupo de despesas somou R\$ 24,0 milhões, respondendo por 43,37% do total das despesas operacionais. Comparado ao registrado em 2018, as DGA apresentaram alta de 104,98%, em razão da maior estrutura necessária para dar suporte

#### **Unidade Atibaia**

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park  
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 - Atibaia I SP  
CEP: 12952 820  
Telefone: (11) 4417 - 7500

#### **Unidade São Paulo**

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756  
Jd. Maria Luiza - São Paulo I SP  
CEP: 05564 000  
Telefone: (11) 3732 - 2660

#### **Unidade Pouso Alegre**

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100  
Bairro Mirante do Paraíso - Pouso Alegre I MG  
CEP: 37550 000  
Telefone: (35) 3187 - 0910

ao crescimento dos negócios. As despesas com vendas totalizaram R\$ 2,9 milhões no ano, um incremento substancial de 173,94% em relação a 2018, a despeito da forte atividade comercial realizada, com aumento do número de vendas. O investimento em pesquisa e desenvolvimento continuou robusto, de forma que as despesas incorridas em P&D somaram R\$29,3 milhões, representando 53,07% do total das despesas operacionais. O ano de 2019 foi de forte estruturação e investimentos na companhia, resultando em um aumento das despesas operacionais líquidas de 54,13% em relação a 2018, isso para suportar a estratégia a médio e longo prazo.

### **EBITDA**

A geração operacional de caixa através do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 24,9 milhões em 2019, com margem sobre a receita líquida de 17,67%, o que indica aumento de 116,68% e 4,29 pontos percentuais, comparado ao desempenho de 2018.

R\$ milhões	2019	2018	Var. % 2019 x 2018
Lucro antes IR, CS e Resultado Financeiro	21,4	9,4	126,81%
(+) Depreciação e Amortização	3,5	2,1	70,26%
Ebitda	24,9	11,5	116,68%
Margem Ebitda (%)	17,67%	13,37%	4,29 p.p.
Fluxo de caixa das operações (FCO)	(9,7)	(4,5)	-116,59%
Fluxo de caixa dos investimentos (FCI)	(5,1)	(6,9)	-26,59%
Fluxo de caixa dos financiamentos (FCF)	16,9	11,6	45,86%
Taxa de conversão de Ebitda em Caixa (FCO/ EBITDA)	-38,96%	-39,13%	0,17 p.p.

### **Resultado Financeiro**

As despesas financeiras em 2019 totalizaram R\$ 9,1 milhões, o que representa alta de 1,56% (R\$ 0,1 milhão) em relação ao registrado no exercício anterior. A manutenção nos níveis das despesas financeiras é resultado de melhores negociações de taxas, uma vez que apesar de mantidas as despesas, houve novas captações de empréstimos e financiamentos para suportar investimentos e reforçar o caixa da Companhia.

### **Lucro Líquido**

Em 2019, a Companhia obteve aumento da receita e manteve a firme gestão sobre seus custos e despesas operacionais. O lucro líquido no exercício foi de R\$ 10,4 milhões, com margem de 7,41%.

### **Endividamento**

No encerramento do exercício de 2019 a Companhia registrava dívida bruta de R\$ 126,7 milhões, com aumento de R\$ 59,4 milhões, 88,26% em relação à posição verificada em 2018. Considerando o saldo em caixa e equivalentes ao final de 2019, a Companhia encerrou o exercício com dívida líquida de R\$ 124,4 milhões, superior em R\$ 57,3 milhões à apurada na mesma data do ano anterior.

#### **Unidade Atibaia**

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park  
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 - Atibaia I SP  
CEP: 12952 820  
Telefone: (11) 4417 - 7500

#### **Unidade São Paulo**

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756  
Jd. Maria Luiza - São Paulo I SP  
CEP: 05564 000  
Telefone: (11) 3732 - 2660

#### **Unidade Pouso Alegre**

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100  
Bairro Mirante do Paraíso - Pouso Alegre I MG  
CEP: 37550 000  
Telefone: (35) 3187 - 0910

### ***Investimentos em desenvolvimentos de produtos***

Desde o início de nossas atividades realizamos vários investimentos com o propósito de sermos um “player” importante no seguimento de saúde. Neste prisma, o investimento na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos se faz como um dos pilares fundamentais do crescimento da Companhia. Pretendemos possuir um portfólio relevante de produtos farmacêuticos. Atualmente temos registrados 43 (quarenta e três) produtos entre genéricos e similares, sendo que, 45 (quarenta e cinco) já estão em comercialização e mais 6 (seis) produtos já aprovados que estão em viabilidade para início de comercialização. Além desses há ainda outros 8 (oito) produtos aguardando o deferimento por parte da ANVISA e mais 6 (seis) produtos em desenvolvimento. Na linha de nutracêuticos (complementos alimentares) possui atualmente 30 (trinta) produtos no portfólio, e há ainda produtos em diversas etapas de desenvolvimento que deverão ser lançados nos próximos anos.

### **Recursos humanos**

Um dos pilares estruturais da Althaia é o pilar Pessoas, nosso principal ativo. Perseveramos na crença do poder transformador da contribuição do potencial humano para o futuro da nossa organização. Por esse motivo, desde o princípio temos a preocupação em atrair e reter talentos, selecionando profissionais no mercado dispostos a participar da construção de um grande sonho. Temos na empresa um Programa de Desenvolvimento da Liderança, alinhamento de propósito e valores da Companhia, através de treinamentos com consultoria especializadas e modernas em Gestão e Liderança.

Temos o programa Sugira, um canal direto onde os colaboradores podem sugerir ideias e melhorias que promovam: aumento de produtividade; melhoria da qualidade dos produtos; melhoria dos processos; melhoria no ambiente de trabalho; redução de custos.

Estamos também aprimorando a nossa Filosofia de Gestão de pessoas, através da metodologia de gestão pela CONTRIBUIÇÃO, acreditamos que através da valorização das pessoas revolucionamos os resultados. Vamos construir juntos, a melhor versão da nossa empresa, numa busca constante da convergência de propósito entre companhia e colaboradores.

Na área social, estimulamos a contribuição dos colaboradores através do Programa de Voluntariado Estruturado, administrado pelo projeto Geração de Valor. O Geração de Valor tem sido responsável por apoiar as comunidades, principalmente as que estão localizadas nas proximidades das unidades da empresa, beneficiando famílias em estado de vulnerabilidade, por meio de doações fixas mensais, realizadas às instituições como Lar Itatibense da Criança – “Projeto Crê-Ser”, Lar Eduardo Ferrara (Jarinu/SP), ONG’s, como Coração Curumim (Campinas/SP) e Jardim das Borboletas (Caculé/BA), e ainda, realizando doações de incentivo aos esportistas em início de carreira e apoio educacional, através de bolsa de estudos, para jovens em situação de vulnerabilidade. Além das ações fixas, há também doações através de ações sociais pontuais para Instituições Assistenciais, Casas de Repouso e Asilos, que possibilitam o atendimento de um grande número de famílias necessitadas em diversas comunidades, principalmente no Estado de São Paulo e na localidade de Pouso Alegre/MG. Para tanto, ficou definido no próprio Estatuto Social da companhia, desde 2018, a destinação de 5% do resultado do período para atividades sociais, educacionais e apoio aos esportistas em início de carreira, como forma de agradecer e retribuir para a sociedade tudo o que ela vem proporcionando à empresa. Ainda, na Companhia é mantido o programa de Menor Aprendiz, que recruta jovens que estão em busca de ingressar no mercado de trabalho por meio de instituições que oferecem cursos técnicos profissionalizantes.

#### **Unidade Atibaia**

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park  
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 - Atibaia | SP  
CEP: 12952 820  
Telefone: (11) 4417 - 7500

#### **Unidade São Paulo**

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756  
Jd. Maria Luiza - São Paulo | SP  
CEP: 05564 000  
Telefone: (11) 3732 - 2660

#### **Unidade Pouso Alegre**

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100  
Bairro Mirante do Paraíso - Pouso Alegre | MG  
CEP: 37550 000  
Telefone: (35) 3187 - 0910

Todas as ações acima citadas convergem para o objetivo de criar uma Companhia eficiente, mas também agradável para se trabalhar, gerando um clima em que as pessoas sintam orgulho de pertencer e com um propósito claro para sua existência.

### **Agradecimentos**

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

### **A Administração**

#### **Unidade Atibaia**

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park  
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 • Atibaia | SP  
CEP: 12952 820  
Telefone: (11) 4417 • 7500

#### **Unidade São Paulo**

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756  
Jd. Maria Luiza • São Paulo | SP  
CEP: 05564 000  
Telefone: (11) 3732 • 2660

#### **Unidade Pouso Alegre**

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100  
Bairro Mirante do Paraíso • Pouso Alegre | MG  
CEP: 37550 000  
Telefone: (35) 3187 • 0910



KPMG Auditores Independentes  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da  
Althaia S.A. Indústria Farmacêutica  
Atibaia – São Paulo

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de julho de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027612/F



Carlos Humberto Rodrigues da Silva  
Contador CRC 1SP217733/O-4

## Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.305	224	Fornecedores e outras contas a pagar	17	22.472	11.318
Contas a receber de clientes	9	53.094	19.035	Passivo de arrendamento	18	1.423	-
Estoques	10	39.481	13.295	Empréstimos e financiamentos	19	40.021	33.262
Adiantamentos a fornecedores	11	2.324	945	Instrumentos financeiros derivativos		329	136
Impostos a recuperar	12	975	596	Obrigações trabalhistas	20	4.406	3.415
Outros créditos		1.514	1.055	Obrigações fiscais	21	2.692	1.003
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>99.693</b>	<b>35.150</b>	Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.193	1.334
				Parcelamentos fiscais e previdenciários	22	1.383	885
				Outros passivos		426	458
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>77.345</b>	<b>51.811</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Impostos a recuperar	12	3.895	200	Passivo de arrendamento	18	7.129	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	18.016	17.607	Empréstimos e financiamentos	19	54.554	21.637
Mútuo com partes relacionadas	13	21.514	8.440	Instrumentos financeiros derivativos	29	240	375
Outros créditos		25	41	Parcelamentos fiscais e previdenciários	22	3.020	718
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>		<b>43.450</b>	<b>26.288</b>	Mútuo com partes relacionadas		-	24.021
				Provisão para demandas judiciais	23	777	694
				Outros passivos		126	126
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>65.846</b>	<b>47.571</b>
Imobilizado	15	21.912	17.868	<b>Patrimônio líquido</b>	24		
Direito de uso	18	8.202	-	Capital social		46.736	8.783
Intangível	16	426	296	Reserva de capital		7.530	-
		<b>30.540</b>	<b>18.164</b>	Prejuízo acumulado		(23.774)	(28.563)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>73.990</b>	<b>44.452</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>30.492</b>	<b>(19.780)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>173.683</b>	<b>79.602</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>173.683</b>	<b>79.602</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Receita</b>	25	140.903	85.913
<b>Custo das vendas e dos serviços prestados</b>	26	<u>(64.220)</u>	<u>(40.608)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u><b>76.683</b></u>	<u><b>45.305</b></u>
Despesas com vendas	26	(2.901)	(1.059)
Despesas gerais e administrativas	26	(23.983)	(11.700)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	26	158	(2.377)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	26	(29.346)	(22.049)
Outras receitas operacionais líquidas		<u>779</u>	<u>1.311</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<u><b>21.390</b></u>	<u><b>9.431</b></u>
Receitas financeiras	27	110	77
Despesas financeiras	27	<u>(9.106)</u>	<u>(8.966)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<u><b>(8.996)</b></u>	<u><b>(8.889)</b></u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u><b>12.394</b></u>	<u><b>542</b></u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(2.089)	(1.334)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	<u>141</u>	<u>(3.133)</u>
<b>Impostos</b>		<u><b>(1.948)</b></u>	<u><b>(4.467)</b></u>
<b>Lucro líquido</b>		<u><u><b>10.446</b></u></u>	<u><u><b>(3.925)</b></u></u>
<b>Resultado atribuído aos:</b>			
Acionistas controladores		<u>10.446</u>	<u>(3.925)</u>
<b>Lucro líquido</b>		<u><u><b>10.446</b></u></u>	<u><u><b>(3.925)</b></u></u>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação – básico		0,34	(0,49)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

*(Em milhares de Reais)*

	2019	2018
<b>Lucro líquido</b>	<u>10.446</u>	<u>(3.925)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>10.446</u>	<u>(3.925)</u>
<b>Resultado abrangente atribuído aos:</b>		
Acionistas controladores	<u>10.446</u>	<u>(3.925)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>10.446</u>	<u>(3.925)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)</b>	<b>8.783</b>	-	-	-	-	<b>(24.638)</b>	<b>(15.855)</b>
Prejuízo líquido	-	-	-	-	-	(3.925)	(3.925)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>	<b>8.783</b>	-	-	-	-	<b>(28.563)</b>	<b>(19.780)</b>
Efeito da reorganização societária da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda	37.953	-	-	-	-	1.873	39.826
Lucro líquido	-	-	-	-	-	10.446	10.446
Destinações:							
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	7.530	-	(7.530)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	<b>46.736</b>	-	-	<b>7.530</b>	-	<b>(23.774)</b>	<b>30.492</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>10.446</b>	<b>(3.925)</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Provisão para perda esperada do contas a receber de clientes	9	(158)	2.377
Depreciações e amortizações	26	3.504	2.058
Encargos financeiros	27	6.201	5.272
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos		369	569
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	28	2.089	1.334
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	14	(141)	3.133
Provisão para processos judiciais	23	82	67
Ajuste ao valor realizável de estoque	10	(677)	(1.697)
Baixa do ativo imobilizado		210	222
<b>(Acréscimo) decréscimo nas contas de ativos operacionais</b>			
Contas a receber		(9.903)	(2.509)
Adiantamentos a fornecedores		(1.325)	208
Impostos a recuperar		(3.725)	497
Estoques		(18.618)	(7.523)
Outros créditos		(444)	3.229
<b>Acréscimo (decréscimo) nas contas de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		7.081	4.333
Impostos e contribuições		1.307	(2.289)
Obrigações trabalhistas		858	869
Parcelamentos fiscais		(440)	(4.435)
Outras obrigações		(229)	(988)
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>(3.513)</b>	<b>802</b>
Juros pagos		(6.201)	(5.272)
Impostos pagos sobre o lucro	28	-	(15)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>(9.714)</b>	<b>(4.485)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	15	(5.114)	(6.605)
Aquisição de intangível	16	(148)	(314)
Aumento de capital oriundo de acervo líquido incorporado		183	-
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(5.079)</b>	<b>(6.919)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	19	128.250	99.481
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(99.195)	(82.684)
Pagamento de passivo de arrendamento	18b	(561)	-
Pagamento de instrumentos financeiros		(311)	(58)
Operações com partes relacionadas		(11.309)	(5.170)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>16.874</b>	<b>11.569</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.081</b>	<b>165</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		224	59
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>2.305</b>	<b>224</b>
<b>Transações que não envolveram caixa</b>			
Adições ao imobilizado pagas à prazo	19	(538)	851

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

## Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
<b>Receitas</b>	<b>158.236</b>	<b>98.042</b>
Venda de produtos e serviços	170.909	111.592
Abatimentos e devoluções	(13.210)	(12.465)
Outras receitas operacionais	379	1.292
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	158	(2.377)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(68.974)</b>	<b>(46.790)</b>
Custos das vendas dos serviços	(52.738)	(31.694)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.902)	(16.405)
Perda/recuperação de valores ativos	666	1.309
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>89.262</b>	<b>51.252</b>
Depreciação e amortização	(5.201)	(4.137)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>84.061</b>	<b>47.115</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>110</b>	<b>77</b>
Receitas financeiras	110	77
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>84.171</b>	<b>47.192</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>84.171</b>	<b>47.192</b>
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>37.651</b>	<b>23.349</b>
Remuneração	24.758	13.931
Benefícios	10.484	7.580
FGTS	2.409	1.838
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>25.110</b>	<b>17.681</b>
Federal	13.188	11.197
Estadual	11.812	6.419
Municipal	110	65
<b>Remunerações de capitais de terceiros</b>	<b>10.964</b>	<b>10.087</b>
Juros	8.666	8.815
Aluguéis	1.858	1.121
Variação cambial, monetária e outras	440	151
<b>Remunerações de capitais próprios</b>	<b>10.446</b>	<b>(3.925)</b>
Dividendos		
Lucros retidos	10.446	(3.925)
Absorção de prejuízos		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede na cidade de Atibaia - SP, Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topázio, módulo 15, no Condomínio Centro Companhiaral Atibaia. A Companhia está envolvida primariamente no desenvolvimento, produção e comercialização de medicamentos genéricos.

A Companhia tem como atividades preponderantes o processamento, a industrialização, o revestimento, a comercialização, a promoção e distribuição, inclusive a importação e a exportação de produtos farmacêuticos em geral, oletéticos, edulcorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos.

A Companhia ainda presta serviços para terceiros pertinentes a fabricação, comercialização e assessoramento técnico ou científico e transporte no que diz respeito às atividades mencionadas anteriormente, além de medicamentos fitoterápicos para uso humano e produtos alimentícios em geral.

O portfólio da Althaia é composto por medicamentos genéricos, similares e nutracêuticos, sendo eles produzidos em duas unidades fabris, situadas no estado de São Paulo (municípios de São Paulo e Atibaia) e um centro de distribuição nacional no estado de Minas Gerais (município de Pouso Alegre).

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia incorporou a acervo líquido da parte relacionada Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda, cuja unidade de negócio tem atuação no mercado de nutracêuticos (suplementos alimentares), sendo uma linha dentro do segmento farmacêutico voltada à prevenção de doenças. O propósito da incorporação é de ampliação do portfólio da Althaia, com a ampliação do alcance do negócio como um todo, atuando do mercado de prevenção ao mercado de tratamento. Mais detalhes da incorporação na nota 1.1 reestruturação societária.

A Companhia conta com uma estrutura própria de vendas com abrangência nacional, servindo a distribuidores, instituições de saúde e varejistas.

#### **1.1 Reestruturação societária**

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária tendo em vista a consolidação dos investimentos do Grupo Value Pharma, foi realizada em 27 de novembro de 2019 e 31 de dezembro de 2019 a incorporação das Companhias Value Pharma Participações S.A e Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda respectivamente.

A incorporação reversa realizada em 27 de novembro de 2019 relativa a Companhia Value Pharma Participações S.A não causou impacto algum nos registros da Althaia S.A Indústria Farmacêutica uma vez que a operação da Value Pharma se resumia ao investimento devido na Althaia e apuração de equivalência patrimonial.

Abaixo demonstramos os efeitos da incorporação da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda. Os saldos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, data-base para a incorporação, eram como segue:

<b>Ativo</b>	<b>Althaia após incorporação</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Incorporação</b>	<b>Althaia</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.305	-	183	2.122
Contas a receber de clientes	53.094	-	23.998	29.096
Estoques	39.481	-	6.891	32.590
Adiantamentos a fornecedores	2.324	-	54	2.270
Impostos a recuperar	975	-	258	717
Outros créditos	1.514	-	-	1.514
	<b>99.693</b>	<b>-</b>	<b>31.384</b>	<b>68.309</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Impostos a recuperar	3.895	-	92	3.803
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.016	-	268	17.748
Mútuo com partes relacionadas	21.514	(18.959)	25.787	14.686
Outros créditos	25	-	-	25
Imobilizado	21.912	-	1.253	20.659
Direito de uso	8.202	-	2.111	6.091
Intangível	426	-	65	361
	<b>73.990</b>	<b>(18.959)</b>	<b>29.576</b>	<b>63.373</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>173.683</b>	<b>(18.959)</b>	<b>60.960</b>	<b>131.682</b>
<b>Passivo</b>	<b>Althaia após incorporação</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Incorporação</b>	<b>Althaia</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar	22.472	-	4.073	18.399
Passivo de arrendamento	1.423	-	754	669
Empréstimos e financiamentos	40.021	-	3.461	36.560
Instrumentos financeiros derivativos	329	-	-	329
Obrigações trabalhistas	4.406	-	133	4.273
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.193	-	-	4.193
Obrigações fiscais	2.692	-	1.152	1.540
Parcelamentos fiscais e previdenciários	1.383	-	600	783
Outros passivos	426	-	199	227
	<b>77.345</b>	<b>-</b>	<b>10.372</b>	<b>66.973</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Passivo de arrendamento	7.129	-	1.498	5.630
Empréstimos e financiamentos	54.554	-	6.622	47.931
Instrumentos financeiros derivativos	240	-	-	240
Parcelamentos fiscais e previdenciários	3.020	-	2.640	380
Mútuo com partes relacionadas	-	18.959	1	18.959
Provisão para demandas judiciais	777	-	1	777
Outros passivos	126	-	-	126
	<b>65.846</b>	<b>18.959</b>	<b>10.762</b>	<b>74.043</b>

Passivo	Althaia após incorporação	Eliminações	Incorporação	Althaia
<b>Passivo não circulante</b>				
Capital social	46.736	-	37.953	8.783
Reservas de capital	7.530	-	-	7.530
Prejuízo acumulado	<u>(23.774)</u>	<u>-</u>	<u>1.873</u>	<u>(25.647)</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>30.492</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>39.826</u></b>	<b><u>(9.334)</u></b>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>173.683</u></b>	<b><u>18.959</u></b>	<b><u>60.960</u></b>	<b><u>131.682</u></b>

As variações patrimoniais da Companhia incorporada no valor de R\$ 1.873 entre a data do laudo de incorporação, preparado por terceiros especializados contratados pela Companhia, de 31 de outubro de 2019 e a data efetiva da incorporação de 31 de dezembro de 2019, foi reconhecida em contrapartida a conta de resultados acumulados no patrimônio líquido.

## 2 Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de julho de 2021.

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 5.

## 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** – Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 10** – Reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência.
- **Nota explicativa 14** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa 16** – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.
- **Nota explicativa 25** - Reconhecimento de receita – Estimativa da expectativa de devoluções de vendas.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** – Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 10** – Reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência.
- **Nota explicativa 14** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa 16** – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.
- **Nota explicativa 25** - Reconhecimento de receita – Estimativa da expectativa de devoluções de vendas.

### ***Mensuração ao valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis)

A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

## **5 Mudanças nas principais políticas contábeis**

### **IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento mercantil**

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas, pois os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Como arrendatário, a Companhia arrenda prioritariamente imóveis referentes a instalações de seus escritórios e seu centro de distribuição. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para todos os arrendamentos.

O quadro abaixo sumariza os impactos iniciais da aplicação da IFRS 16 (CPC 06 R2) no balanço patrimonial de abertura 1º de janeiro de 2019:

	<u>Adoção inicial</u>		Nota	1º de janeiro de 2019
	1º de janeiro de 2019	IFRS 16 (CPC 06 R2)		
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>35.150</b>	-		<b>35.150</b>
<b>Não circulante</b>	<b>44.452</b>	<b>4.636</b>		<b>49.088</b>
Direito de uso	-	4.636	18	4.636
Demais ativos	44.452	-		44.452
<b>Total do ativo</b>	<b>79.602</b>	<b>4.636</b>		<b>84.238</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>51.811</b>	<b>1.105</b>		<b>52.916</b>
Passivo de arrendamento	-	1.105	18	1.105
Demais passivos	51.811	-		51.811
<b>Não circulante</b>	<b>47.571</b>	<b>3.531</b>		<b>51.102</b>
Passivo de arrendamento	-	3.531	18	3.531
Demais passivos	47.571	-		47.571
<b>Total do passivo</b>	<b>99.382</b>	<b>4.636</b>		<b>104.018</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(19.780)</b>	-		<b>(19.780)</b>
<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>79.602</b>	<b>4.636</b>		<b>84.238</b>

#### **IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre o tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

#### **5.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas não vigentes em 31 de dezembro de 2019**

Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A seguir estão listados os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, e foram objeto de emissão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

### **CPC 00 - Estrutura conceitual para relatórios financeiros**

Em março de 2018, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a revisão da estrutura conceitual para relatórios financeiros (conceptual framework for financial). Consoante a IASB, foi aprovado o documento de revisão do Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) pelos órgãos Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Deliberação CVM N° 835 de 10 de dezembro de 2019. As alterações terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.

Esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação que causam impacto em diversas normas e interpretações, além da atualização da definição de ativos e passivos e receitas e despesas bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

Essa revisão estabelece alterações com destaque para:

- Objetivo do relatório financeiro;
- As características qualitativas da informação financeira útil;
- Definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas;
- Critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientações sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando usá-las; e
- Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.

A estrutura conceitual não define normas ou procedimentos para qualquer aspecto sobre mensuração ou divulgação, e não deve haver conflito entre sua estrutura e um pronunciamento técnico específico. Nesses casos, as orientações do pronunciamento técnico prevalecem em detrimento da estrutura conceitual.

### **CPC 15 (R1) – Combinação de negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios contida na IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para melhor orientar as companhias a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consistem ou não em um negócio. As alterações terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.

A alteração do conceito de negócio esclarece os requisitos mínimos para um conjunto de ativos adquiridos se enquadrar como tal, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para auxiliar entidades a avaliarem se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Adicionalmente, orienta que quando ativos adquiridos não constituem um negócio, de acordo com a nova definição, a entidade deve contabilizar a operação ou evento como aquisição de ativos. Novos casos ilustrativos foram fornecidos com essas alterações, para proporcionar exemplos práticos.

### **CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Em março de 2018, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a revisão da estrutura conceitual para relatórios financeiros (conceptual framework for financial) espelhando as alterações ao CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros que, por sua vez, incluiu rodapé no item 10 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes atualizando a definição de “Passivo” para “Obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.” As alterações estarão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020.

### **CPC 26 - (R1) e IAS 8: Apresentação das demonstrações contábeis**

Em outubro de 2018, o IASB efetuou alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e interpretações e esclarecer certos aspectos da definição. As alterações terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.

A definição atualizada descreve que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”.

## **6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, através do resultado.

## **7 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado.

### **a. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente.



**b. Informação por segmento**

A principal receita da Companhia vem da atividade de industrialização e venda de produtos farmacêuticos.

O principal gestor das operações analisa informações por produtos para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance dos produtos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade.

**c. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**d. Contas a receber de clientes**

Correspondem a montantes a receber pela venda de mercadorias, industrialização, e prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas pelo valor de realização e deduzidos pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

**e. Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias.

**f. Receitas e despesas financeiras**

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**g. Subvenção e assistência governamentais**

É uma assistência governamental na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedida à entidade em troca do cumprimento futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. No caso da Companhia, a subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos, restando, ainda, uma parcela mínima do imposto a pagar de 1,5% a 3%. As principais condições operacionais para a utilização do benefício são:

- Não tomada de crédito de ICMS nas operações de entrada
- Assume a condição de substituto nas operações de entrada de mercadorias com substituição tributária de ICMS
- Destaque de ICMS a 12% quando a legislação estabelecer percentual superior, nas operações internas

**h. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**i. Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste a valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos é analisado periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

**j. Imobilizado**

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	3-40 anos
Móveis e utensílios	3-10 anos
Veículos	5-8 anos
Equipamentos de informática	3-10 anos
Ferramentas	5 anos
Moldes	10-21 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**k. Intangível**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos das amortizações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas por redução aos valores recuperáveis.

**(i) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Software	5 anos
----------	--------

**l. Arrendamento mercantil**

***Anterior a 1º de janeiro de 2019***

No início do contrato, a Companhia determinava se ele era ou continha um arrendamento.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, eram registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade era retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para esses arrendamentos eram reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência.

***Novo pronunciamento técnico efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019***

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigência a norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos. Desta forma, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos aluguéis que não foram pagos na data da transição, descontados usando a taxa incremental composta por taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

<b>Prazo</b>	<b>Taxa incremental</b>	<b>Taxa real</b>
1 ano	10,96%	7,46%
2 anos	11,13%	7,63%
3 anos	12,05%	8,55%
4 anos	12,17%	8,67%
5 anos	12,74%	9,24%
6 anos	12,82%	9,32%
7 anos	13,35%	9,85%
8 anos	13,41%	9,91%
9 anos	13,91%	10,41%
10 anos	13,96%	10,46%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos onde a Companhia está razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custos para desmontagem e remoção de incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

**m. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Os critérios para provisão do contas a receber são:

- 100% do mercado privado com título vencidas acima de 180 dias;
- 100% dos títulos já protestados;

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do cliente;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor estrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**n. Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**o. Provisões**

***Geral***

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### ***Provisões para demandas judiciais***

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **p. Instrumentos financeiros**

### ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### ***(ii) Classificação e mensuração subsequente***

#### *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações de desconto de duplicatas simples em que entrega títulos a receber para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor em conta corrente com desconto dos juros por antecipação. A propriedade dos títulos é transferida para as instituições financeiras e a Companhia é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos e um passivo financeiro é registrado. Adicionalmente, o ativo financeiro é classificado como atividade operacional e o passivo financeiro como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da companhia.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**q. Mensuração do Valor Justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**r. Demonstrações do valor adicionado**

A apresentação das Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado - DVA, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

**s. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**8 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa	10	11
Conta corrente	1.986	195
Aplicações financeiras	309	18
	<b>2.305</b>	<b>224</b>

As disponibilidades incluem caixa e equivalentes de caixa que são compostas por numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento. As aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações são remuneradas entre 70% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (70%-100% em 2018).

**9 Contas a receber de clientes**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Contas a receber de clientes	55.478	21.577
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.384)	(2.542)
<b>Total do contas a receber</b>	<b>53.094</b>	<b>19.035</b>

A análise de vencimento do contas a receber de clientes é como segue:

A vencer	50.084	19.436
Vencidos:		
até 30 dias	2.418	1.491
entre 31 e 60 dias	237	39
entre 61 e 90 dias	613	21
entre 91 e 180 dias	1.367	103
entre 181 e 360 dias	67	162
acima de 360 dias	692	321
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>55.478</b>	<b>21.577</b>

**a. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial	(2.542)	(165)
Adições	(213)	(2.448)
Baixas	7	71
Reversões	364	-
<b>Saldo final</b>	<b><u>(2.384)</u></b>	<b><u>(2.542)</u></b>

**b. Transferência de contas a receber de clientes**

A Companhia cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Estes contas a receber de clientes não foram desconhecidos do balanço, pois a Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido (veja Nota Explicativa nº 19). No vencimento do título, o cliente realiza o pagamento para o banco, o qual encaminha um aviso informando que o título foi pago e baixa o valor da conta vinculada. Em caso de não recebimento, o banco envia um comunicado à Companhia informando o montante em aberto.

As taxas médias anuais de desconto dos títulos cedidos à instituições financeiras foi de 7,44% em 2019 e 11,22% em 2018. Os montantes de recebíveis dados em garantia dessas operações em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 7.392 e R\$ 2.738 em 2018.

## **10 Estoques**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Produto acabado	20.062	6.671
Produto semiacabado	4.253	2.551
Matéria-Prima	11.249	2.858
Embalagens	3.105	810
Material de consumo	185	119
Importação em andamento	627	286
<b>Total dos estoques</b>	<b><u>39.481</u></b>	<b><u>13.295</u></b>

Em 2019, os valores dos custos de estoque de produtos acabados, semi-acabados, matérias-primas e embalagem incluídos no custo das mercadorias e produtos vendidos são R\$ 64.220 (R\$ 40.608 em 2018).

Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$ 677 mil (R\$ 1.697 mil em 2018). Essa redução foi reconhecida como despesa em 2019.

O ajuste ao valor realizável é calculado considerando a data de vencimento dos produtos e leva em consideração também a expectativa de comercialização futura dos mesmos. Materiais e produtos acabados com datas de vencimento expiradas são integralmente provisionados. Para produtos acabados a companhia adota o critério da expectativa de não realização do estoque em determinados períodos para o vencimento. Assim, produtos acabados com datas de vencimento em até 180 dias, independentemente da expectativa ou não de vendas, são 100% ajustados como perda. Já aqueles produtos acabados com vencimento entre 6 e 9 meses da validade são considerados de difícil realização, de forma que é ajustada a perda de 60% do seu montante. Produtos acabados com vencimento entre 9 meses a 1 ano, é feito o ajuste de perda de 40% do valor contábil dos itens, tendo em vista o grau de risco identificado para a realização da venda destes estoques.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de dívidas.

## 11 Adiantamentos a fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	1.123	195
Fornecedores estrangeiros	638	313
Despachantes	563	437
	<b>2.324</b>	<b>945</b>

Adiantamentos à fornecedores estrangeiros são registrados pela taxa de câmbio da data da transação, decorrente da conversão da moeda estrangeira para moeda funcional da Companhia. Tal ativo não monetário é mantido pela taxa histórica posteriormente ao registro inicial, não sofrendo efeitos de variação cambial.

## 12 Impostos a recuperar

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”)	183	16
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) (i)	385	111
Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) (ii)	205	115
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	78	68
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (iii)	124	286
	<b>975</b>	<b>596</b>
<b>Não circulante</b>		
Antecipação de Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)	167	167
ICMS a Recuperar	3.603	-
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (iii)	125	33
	<b>3.895</b>	<b>200</b>

- (i) Montante referente a ICMS destacado na aquisição de insumos para produção e materiais destinados à incorporação ao produto final, o qual não deve ser integrado ao custo quando recuperável mediante crédito nos livros fiscais pertinentes.
- (ii) Montante referente a Imposto de Renda Retido na Fonte de notas fiscais de prestação de serviço
- (iii) Montante referente a PIS, COFINS e CSLL devido à retenção na fonte de notas fiscais de prestações de serviço.

### 13 Transações com partes relacionadas

		2019			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Mútuo entre partes relacionadas</b>					
Value Pharma Inv. e Part. S/A (Holding)					
	-	21.514	-	-	-
	-	<u>21.514</u>	-	-	-
		2018			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Mútuo entre partes relacionadas</b>					
Value Pharma Participações S/A					
	-	8.043	-	-	-
Value Pharma Inv. e Part. S/A (Holding)					
	-	397	-	-	-
Equaliv Pharma Ind., Com. e Distrib Ltd.					
	-	-	-	24.021	-
	-	<u>8.440</u>	-	<u>24.021</u>	-

Os montantes registrados com as Companhias relacionadas e pertencentes ao Grupo Value Pharma possuem característica de mútuo, sem vencimento estabelecido ou incidência de juros e transacionados mediante a necessidade de caixa em cada uma delas com movimentações constantes de entrada e saída de recursos durante o exercício.

#### (i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

##### *Remuneração de dirigentes*

A remuneração de dirigentes é composta de: remuneração fixa mensal, incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde e seguro de vida.

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios. Em 2019, a parcela paga pela Companhia foi de R\$ 3.684 mil (R\$ 2.980 mil em 2018) relativos à remuneração dos Administradores.

### 14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”)	13.247	12.946
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	<u>4.769</u>	<u>4.661</u>
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<u><b>18.016</b></u>	<u><b>17.607</b></u>



O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social têm a seguinte origem:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Diferenças temporárias</b>		
Cut-off de vendas	1.651	613
Provisão para demanda judiciais	264	236
Provisão para perdas de crédito esperadas	76	829
Provisão para perda nos estoques	93	323
Outros	1.256	294
<b>Total das diferenças temporárias</b>	<b>3.340</b>	<b>2.295</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	14.676	15.312
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>18.016</b>	<b>17.607</b>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social no período:

**a. Diferenças temporárias**

	2017 (não auditado)	Efeito resultado	2018	Efeito resultado	2019
Cut-off de vendas	666	(53)	613	1.038	1.651
Provisão para demandas judiciais	213	23	236	28	264
Provisão para perdas de crédito esperadas	15	861	876	(800)	76
Provisão para perda nos estoques	900	(577)	323	(230)	93
Outros	-	247	247	1.009	1.256
<b>Subtotal diferenças temporárias</b>	<b>1.794</b>	<b>501</b>	<b>2.295</b>	<b>1.045</b>	<b>3.340</b>

**b. Prejuízos fiscais e base negativa**

	2017 (não auditado)	Efeito resultado	2018	Efeito resultado	2019
Prejuízos fiscais acumulados	11.399	(140)	11.259	(468)	10.791
Base de cálculo negativa da contribuição social acumulada	4.104	(51)	4.053	(168)	3.885
<b>Subtotal Prejuízos Fiscais e Base Negativa.</b>	<b>15.503</b>	<b>(190)</b>	<b>15.312</b>	<b>(636)</b>	<b>14.676</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.297	310	17.607	409	18.016

**c. Compensações e parcelamentos (Nota 22)**

	2017 (não auditado)	Efeito resultado	2018	Efeito resultado	2019
Outros	-	(3.443)	-	(268)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Resultado	-	<b>(3.133)</b>	-	<b>141</b>	-

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas, usando-se o método sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Ao avaliar a capacidade de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, são consideradas projeções de lucros tributáveis futuros e movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização dos prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

	<b>Valor</b>
Exercício 2020	2.776
Exercício 2021	2.761
Exercício 2022 a 2023	12.479

**15 Imobilizado**

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros bens	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Bens em construção	Total
<b>Custo</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	3.012	15.449	1.302	1.201	776	659	22.399
Adições	450	1.891	430	803	343	3.539	7.456
Baixas	-	(172)	(6)	(278)	(23)	(3)	(482)
Transferências	139	2.039	31	-	89	(2.298)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.601</b>	<b>19.207</b>	<b>1.757</b>	<b>1.726</b>	<b>1.185</b>	<b>1.897</b>	<b>29.373</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	(499)	(7.798)	(513)	(368)	(621)	-	(9.799)
Depreciação	(119)	(1.366)	(133)	(234)	(114)	-	(1.966)
Baixas	-	72	1	172	15	-	260
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(618)</b>	<b>(9.092)</b>	<b>(645)</b>	<b>(430)</b>	<b>(720)</b>	<b>-</b>	<b>(11.505)</b>
<b>Valor líquido</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<b>2.983</b>	<b>10.115</b>	<b>1.112</b>	<b>1.296</b>	<b>465</b>	<b>1.897</b>	<b>17.868</b>

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros bens	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Bens em construção	Total
<b>Custo</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.601	19.207	1.757	1.726	1.185	1.897	29.373
Adições	-	2.477	192	559	584	1.840	5.652
Baixas	-	(83)	(1)	(39)	-	(155)	(278)
Incorporação	695	106	207	69	171	373	1.621
Transferências	1.018	26	-	-	-	(1.044)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.314</b>	<b>21.733</b>	<b>2.155</b>	<b>2.315</b>	<b>1.940</b>	<b>2.911</b>	<b>36.368</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(618)	(9.092)	(645)	(430)	(720)	-	(11.505)
Depreciação	(130)	(1.779)	(180)	(315)	(247)	-	(2.651)
Baixas	-	31	-	37	-	-	68
Incorporação	(100)	(37)	(51)	(49)	(131)	-	368
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(848)</b>	<b>(10.877)</b>	<b>(876)</b>	<b>(757)</b>	<b>(1.098)</b>	<b>-</b>	<b>(14.456)</b>
<b>Valor líquido</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.466	10.856	1.279	1.558	842	2.911	21.912

### Provisão para redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis.

### Conciliação das adições de imobilizado com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia adquiriu ativos imobilizados no valor de R\$ 5.652 mil (2018: R\$ 7.456), tendo desembolsado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 R\$ 5.114 (2018: R\$ 6.605).

## 16 Intangível

	Softwares
<b>Custo</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	521
Adições	314
Baixas	-
Transferências	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>835</b>

	<b>Softwares</b>
<b>Amortização acumulada</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)</b>	<b>(447)</b>
Amortização	(92)
Baixas	-
Transferências	-
	<hr/>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>(539)</u></b>
<b>Valor líquido</b>	<b><u>-</u></b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>296</u></b>

	<b>Softwares</b>
<b>Custo</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>835</b>
Adições	148
Baixas	-
Incorporação Equaliv	106
Transferências	-
	<hr/>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>1.089</u></b>
<b>Amortização acumulada</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(539)</b>
Amortização	(83)
Baixas	-
Incorporação Equaliv	(41)
Transferências	-
	<hr/>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>(663)</u></b>
<b>Valor líquido</b>	<b><u>-</u></b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>426</u></b>

## 17 Fornecedores e outras contas a pagar

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores nacionais	11.040	3.238
Fornecedores estrangeiros	11.134	7.655
Fornecedores serviços	299	425
	<hr/>	<hr/>
<b>Total de fornecedores e outras contas a pagar</b>	<b><u>22.472</u></b>	<b><u>11.318</u></b>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a “Fornecedores” encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 29.

## 18 Arrendamentos

Os contratos de arrendamento referem-se a imóveis destinados a instalações de seus escritórios e seu centro de distribuição.

A movimentação do ativo de direito de uso é a seguinte:

	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-
<b>Adoção inicial - IFRS 16 (CPC 06 (R2))</b>	<b>4.636</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>4.636</b>
Atualização	203
Adição de novos contratos	2.021
Depreciação	(770)
Incorporação Equaliv	2.111
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.202</b>

As taxas médias ponderadas de amortização por classe de direito de uso em 31 de dezembro 2019 estão apresentadas a seguir:

<b>Classe</b>	<b>Prazos contratados</b>	<b>Encargos anuais</b>
Centro de distribuição	até 3 anos	12%
Planta fabril e escritório	até 9 anos	13%

A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-
<b>Adoção inicial - IFRS 16 (CPC 06 (R2))</b>	<b>4.636</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>4.636</b>
Juros do período	600
Atualização	204
Adição de novos contratos	2.021
Contraprestação paga	(561)
Contraprestação juros	(600)
Incorporação Equaliv	2.252
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.552</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.423</b>
<b>Não circulante</b>	<b>7.129</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

Prazos	Valor	Total de
	presente	pagamentos até o final do contrato
Menos de 1 ano	1.808	2.421
1 a 2 anos	1.785	2.395
2 a 3 anos	1.527	2.107
3 a 4 anos	1.259	1.774
4 a 5 anos	799	1.195
Mais de 5 anos	1.373	2.267
<b>Valor bruto</b>	<b>8.552</b>	<b>12.159</b>
Potencial PIS e COFINS a recuperar (a)	(791)	(1.125)
<b>Valor líquido</b>	<b>7.761</b>	<b>11.034</b>

- (a) Os referidos créditos foram considerados somente das unidades produtivas que configura-se na tomada do direito de crédito que poderão se realizar materialmente diferente dos montantes demonstrados acima devido a possibilidade de alíquota efetiva ser diferente da teórica ou os pagamentos não estarem mais sujeitos a tomada de crédito. Montante relativo ao potencial direito de crédito de PIS e COFINS sobre pagamentos dos arrendamentos conforme divulgação prevista no Ofício Circular CMV/SNC/SEP/Nº 02/2019 representando uma estimativa.

A Companhia arrenda outros ativos com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos.

## 19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade das dívidas	Moeda	Vencimento		Indexador	Taxa (a.a.)	2019	2018
		2018	2019				
Capital de giro	BRL	15/03/2023	15/03/2023	CDI + Pré Fixada	4,5% a 14,65%	76.157	25.410
Empréstimo 4131	USD	27/07/2021	27/07/2021	Pré Fixada (USD)	4,5% a 14,65%	4.333	8.137
Conta garantida	BRL	24/07/2019	31/01/2019	CDI + Pré Fixada	10% a 13% a.a	1.250	13.116
Duplicatas descontadas (Nota 9)	BRL	24/04/2019	24/04/2020	Pré Fixada	0,86% a 0,97% por operação	7.241	2.382
FINAME	BRL	15/10/2024	15/10/2024	Pré Fixada	4% a 15,87% a.a	2.181	2.691
FINIMP	EUR	03/06/2019	03/06/2019	Pré Fixada (Euro)	2,97% a 18,36%	3.313	3.163
						<b>94.575</b>	<b>54.899</b>
					<b>Circulante</b>	<b>40.021</b>	<b>33.262</b>
					<b>Não Circulante</b>	<b>54.554</b>	<b>21.637</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>54.899</b>	<b>37.251</b>
Captação	128.250	99.481
Apropriação de juros	5.602	5.272
Captação (Efeito não caixa) Compra de ativo imobilizado	538	851
Pagamento de principal	(99.195)	(82.684)
Pagamento de Juros	(5.602)	(5.272)
Incorporação	10.083	-
<b>Saldo Final</b>	<b>94.575</b>	<b>54.899</b>

O cronograma financeiro de liquidação dos empréstimos está listado a seguir:

<b>31 de dezembro de 2019</b>					
<b>Vencimento em</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 3 anos</b>	<b>4 ou mais</b>	<b>Total</b>
Capital de giro	23.862	31.329	20.559	407	76.157
4131 - Euro	3.898	535	-	-	4.433
Conta garantida	1.250	-	-	-	1.250
Duplicatas descontadas	7.241	-	-	-	7.241
FINAME	457	457	457	810	2.181
FINIMP	3.313	-	-	-	3.313
	<b>40.021</b>	<b>32.321</b>	<b>21.016</b>	<b>1.217</b>	<b>94.575</b>

<b>31 de dezembro de 2018</b>					
<b>Vencimento em</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 3 anos</b>	<b>4 ou mais</b>	<b>Total</b>
Capital de giro	10.831	5.177	4.901	4.501	25.410
4131 - Euro	3.227	3.053	1.857	-	8.137
Conta garantida	13.116	-	-	-	13.116
Duplicatas descontadas	2.382	-	-	-	2.382
FINAME	543	487	487	1.174	2.691
FINIMP	3.163	-	-	-	3.163
	<b>33.262</b>	<b>8.717</b>	<b>7.245</b>	<b>5.675</b>	<b>54.899</b>

Não há empréstimos ou financiamentos com cláusulas restritivas na data destas demonstrações financeiras.

## **20 Obrigações sociais e trabalhistas**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Provisão para férias e encargos	3.054	2.352
INSS a recolher	813	584
FGTS a recolher	260	189
IRRF sobre folha	265	270
Outras	14	20
<b>Total das obrigações trabalhistas sociais e trabalhistas</b>	<b>4.406</b>	<b>3.415</b>

## 21 Obrigações fiscais

	2019	2018
ICMS a recolher	1.341	393
PIS a recolher	112	71
COFINS a recolher	534	335
PIS, COFINS e CSLL retidos	66	27
ISS a recolher	41	10
IOF a recolher	562	158
Outros	36	9
	<b>2.692</b>	<b>1.003</b>

## 22 Parcelamentos fiscais e previdenciários

	2019	2018
Parcelamento de ICMS	464	437
Parcelamento de PIS e COFINS	792	740
Parcelamento de IRPJ e CSLL	843	245
Parcelamento de INSS e FGTS	103	181
Refis MP 783/17	2.201	-
	<b>4.403</b>	<b>1.603</b>
<b>Circulante</b>	1.383	885
<b>Não circulante</b>	3.020	718

O Governo Federal através das Medidas Provisórias nº 783, de 31 de maio de 2017 e Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, instituiu os programas especiais de regularização tributária (PERT). Esses programas, além de visar à redução dos processos em litígios tributários, objetiva proporcionar às Companhias condições especiais para a negociação de suas dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social.

A Companhia aderiu esses programas com saldos que cumpriam os requisitos para a inclusão. Em 2017 a Companhia aderiu ao PERT e em dezembro de 2018 realizou sua consolidação.

Quanto aos parcelamentos estaduais (débitos de ICMS), a Companhia possui parcelamentos consolidados em exercícios anteriores realizados através de programas especiais de parcelamento (PEP do ICMS) e um parcelamento ordinário que se encerram em 2020.

Em relação aos impostos federais, a companhia possui parcelamentos previdenciários e não previdenciários realizados em exercícios anteriores. Há um parcelamento de INSS que se encerra em 30 de abril de 2021 e parcelamentos simplificados de PIS e Cofins que se encerram até 2022.

Por conta da incorporação da Companhia Equaliv Pharma Ind. Com. Dist. Ltda, ocorreu a assunção de compromissos de pagamento tributário.



Passivo tributário federal com a adesão ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), reparcelando os débitos existentes no PRT e demais débitos abrangidos com parcelas que se encerram em 2030. Parcelamentos simplificados de PIS e Cofins que se encerram até 2022.

Passivo tributário estadual relativos a débitos de ICMS, parcelados através de Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS) que se encerram até 2023 e parcelamento ordinário de ICMS que se encerrou em agosto de 2020.

## 23 Provisão para demandas judiciais

Provisão para demandas judiciais	2019	2018
Tributário	1	-
Cível	12	12
Trabalhista	764	682
	<u>777</u>	<u>694</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Em 2019	Saldo Inicial	Adições	Incorporação	Atualização	Saldo Final
Trabalhista	682	-	-	82	764
Cível	12	-	-	-	12
Tributário	-	-	1	-	1
	<u>694</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>82</u>	<u>777</u>

Em 2018	Saldo Inicial	Adições	Incorporação	Atualização	Saldo Final
Trabalhista	627	-	-	55	682
Cível	-	12	-	-	12
	<u>627</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>55</u>	<u>694</u>

A Companhia é ré em ações judiciais decorrentes do curso das operações, envolvendo questões tributárias, civis e trabalhistas.

Periodicamente, a administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis e remotos, levando em consideração as análises de seus advogados e escritórios de advocacia que patrocinam suas causas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 777 (R\$ 694 em 2018), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso.

Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com possibilidade possível de perda somam o montante de R\$ 915 e compreendem processos de cunhos cível e tributários (R\$ 402 em 2018).

## 24 Patrimônio líquido

### Capital social

31/12/2019		31/12/2018	
Ações	Capital Social	Ações/Quotas	Capital Social
30.304.848	46.736	7.923.569	8.783

O capital social está apresentado pelo montante de R\$ 46.736 subscrito e integralizado, divididos em 28.891.842 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo este total já integralizado (R\$ 8.783 divididos em 7.923.569 ações em 31 de dezembro de 2018).

Conforme nota explicativa 1.1, em 31 de dezembro de 2019, foi aprovada a incorporação da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda. Como resultado, os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital social em R\$ 37.953, passando de R\$ 8.783 para R\$ 46.736 mediante a incorporação do acervo líquido da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda.

Movimentos societário por ações:

	Althaia	Equaliv	VPP
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>7.923.569</b>	<b>3.006.753</b>	<b>145</b>
Emissões de ações (i) (ii)	22.381.279	-	-
Cancelamentos de ações (iii)	-	(3.006.753)	(145)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>30.304.848</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (i) Em 27 de novembro de 2019 foram emitidas 1.413.006 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal oriundas da incorporação reversa da VPP.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019 foram emitidas 20.968.273 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal oriundas da incorporação da Equaliv.
- (iii) Cancelamento de ações devido as incorporações descritas na nota explicativa 1.1

### Reserva de incentivos fiscais

A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, com natureza de incentivo para investimento, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário junto a Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais, mediante assinatura de Regime Especial de Tributação. Tais benefícios permitem a redução financeira do montante a ser recolhido referente o passivo tributário do ICMS. A diferença entre o recolhimento e o passivo tributário é reconhecida no resultado do exercício como incremento da receita operacional líquida, e posteriormente, transferido na sua totalidade para reserva de incentivos fiscais.

Durante o exercício de 2019, a Administração da Companhia reconheceu o montante de R\$ 7.530 onde somente poderão ser utilizadas sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, devendo em relação a este último ponto ser recomposta à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes

## 25 Receita

A Companhia gera receita principalmente pela fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos em geral.

Abaixo a Companhia apresenta a conciliação da receita operacional líquida com a receita bruta tributável.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita bruta tributável	170.909	111.592
Menos:		
Impostos sobre vendas	(23.274)	(13.214)
Abatimentos e devoluções	(13.210)	(12.465)
Mais:		
Subvenção governamental	<u>6.478</u>	<u>-</u>
<b>Total da receita</b>	<b><u>140.903</u></b>	<b><u>85.913</u></b>

### a. Desagregação da receita de contratos com clientes

A tabela abaixo apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes pelas principais linhas de produtos e serviços.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Venda de produtos	117.401	63.920
Industrialização	18.620	19.092
Serviços	4.882	2.901
<b>Total de receita bruta</b>	<b><u>140.903</u></b>	<b><u>85.913</u></b>

### *Venda de produtos*

As receitas provenientes das vendas de produtos são divididas em três grupos diferentes, são eles:

- **Portfólio próprio** – Tratam-se dos produtos de Registro e Comercialização da própria Companhia Althaia, é o que chamamos também de Portfólio Próprio, são nossa Linha ALTHAIA onde se encontram os Medicamentos que tecnicamente pertencem às categorias de Genéricos, Similares, Notificação Simplificada e Específicos (classificação ANVISA), e nossos produtos da Linha EQUALIV, onde se encontram os Suplementos Alimentares, ou tecnicamente classificados como Alimentos.
- **Full Service** – Esse grupo é representado pelas parcerias que a Companhia possui com outros laboratórios, é quando a Althaia produz um Medicamento que é de registro de outro laboratório, entregando/vendendo para esse laboratório o produto acabado final, pronto para sua comercialização. Via de regra, essa parceria acontece quando outro laboratório não possui capacidade produtiva ou técnica para produzir internamente e buscam no mercado este tipo de serviço. Tivemos no ano de 2019 parceiros como Eurofarma, Ache, Biolab, Grunenthal, Brainfarma, Cosmed e Exeltis.

- **Marcas Exclusivas** – Aqui encontram-se as parcerias com atacadistas ou varejistas que desejam ter produtos com a sua própria “marca”, toda a produção e registro do produto é de responsabilidade da Althaia, o que é feito é uma customização de embalagem e nome comercial do produto conforme vontade do cliente parceiro para que ele de forma exclusiva seja o único cliente daquele produto acabado e seja o único a oferecer no mercado, ao consumidor final, aquela marca e produto.
  - **Industrialização**  
Tratam-se dos serviços de industrialização onde outros laboratórios contratam parte do processo de industrialização de seus produtos, por exemplo, a transformação de comprimidos de determinado fármaco, este tipo de serviço é prestado para outros laboratórios.
  - **Serviços P&D**  
Os serviços prestados pela área de Pesquisa & Desenvolvimento tem finalidade de desenvolver um novo medicamento genérico. As etapas de cada projeto contemplam: definição de fabricante do insumo farmacêutico ativo; desenvolvimento e validação da metodologia analítica, perfil de dissolução, teor e uniformidade conforme RDC vigente; proporcionalidade de concentrações; preparação e definição do estudo de equivalência farmacêutica; realização de testes farmacotécnicos; fabricação de lotes semi-industriais nas instalações da Althaia; estudo de validação de processo; acompanhamento e realização dos testes do estudo de estabilidade e fotoestabilidade a fim de verificar se o medicamento é estável e qual o prazo de validade; definição do protocolo e acompanhamento do estudo de bioequivalência; elaboração de toda a documentação de todo o desenvolvimento e de todos os estudos realizados para submissão junto ao órgão sanitário do Brasil (ANVISA).
- b. Saldo de contrato**  
Os valores a receber decorrente de contrato com clientes estão reconhecidos na rubrica de ‘clientes’ (veja nota explicativa 10).
- c. Obrigação de desempenho e Política de reconhecimento de receita**  
Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes, principais linhas de produtos/serviços e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Companhia.

<b>Tipo de produtos e serviços</b>	<b>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Política de reconhecimento da receita</b>
<b>Venda de produtos</b>	<p>Representam venda de produtos farmacêuticos, com faturamento de acordo com cada linha de produtos e negociação particular de entrega e prazo de pagamento com cada cliente.</p> <p>Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Os prazos de pagamento dependem do segmento e do contrato firmado os prazos podem variar de pagamento à vista até 180 dias em média para pedidos de maior volume..</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.</p>

<b>Tipo de produtos e serviços</b>	<b>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Política de reconhecimento da receita</b>
<b>Industrialização</b>	Representa a terceirização de produção de medicamentos de terceiros	A receita é reconhecida conforme os produtos são produzidos
<b>Serviço</b>	Representa o fornecimento de serviços de desenvolvimento de produtos para parceiros.	A receita é reconhecida ao conforme os serviços são prestados e aceitos pelo cliente.

## 26 Custo e despesas por natureza

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46.126)	(20.154)
Depreciação e amortização	(3.504)	(2.058)
Despesas com pessoal	(34.766)	(32.458)
Despesas com campanhas comerciais	(4.300)	(227)
Despesas com fretes sobre vendas	(2.529)	(965)
Despesas com pessoal em pesquisa e desenvolvimento	(11.117)	(8.119)
Despesas gerais com pesquisa e desenvolvimento	<u>(17.950)</u>	<u>(13.812)</u>
	<b><u>(120.292)</u></b>	<b><u>(77.793)</u></b>
<b>Classificados como</b>		
Custos dos produtos vendidos	(64.220)	(40.608)
Despesas com vendas	(2.901)	(1.059)
Despesas gerais e administrativas	(23.983)	(11.700)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	158	(2.377)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	<u>(29.346)</u>	<u>(22.049)</u>
	<b><u>(120.292)</u></b>	<b><u>(77.793)</u></b>

## 27 Resultado financeiro

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Juros recebidos	21	13
Descontos recebidos	61	57
Receita de aplicação financeira	<u>28</u>	<u>7</u>
<b>Receitas financeiras</b>	<b><u>110</u></b>	<b><u>77</u></b>
Encargos financeiros	(6.201)	(5.272)
Descontos concedidos	(816)	(1.542)
Despesas bancárias	(67)	(592)
Perdas com instrumentos derivativos	(329)	(569)
Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF")	<u>(1.253)</u>	<u>(840)</u>
Variação cambial passiva	<u>(440)</u>	<u>(151)</u>
<b>Despesas financeiras</b>	<b><u>(9.106)</u></b>	<b><u>(8.966)</u></b>
<b>Despesa financeira líquida</b>	<b><u>(8.996)</u></b>	<b><u>(8.889)</u></b>

## 28 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota de imposto efetiva	2019	2018
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>32.335</b>	<b>6.284</b>
(-) Tributação por lucro presumido - Equaliv	(19.941)	(5.742)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - Althaia</b>	<b>12.394</b>	<b>542</b>
Adições/exclusões Permanentes	(9.455)	929
Adições/ exclusões Temporárias	5.106	3.048
Prejuízos fiscais	(2.645)	(1.696)
Outros	(459)	189
<b>Lucro tributável</b>	<b>4.941</b>	<b>3.012</b>
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
<b>Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente</b>	<b>(1.680)</b>	<b>(1.024)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes – Althaia	(2.089)	(1.334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Althaia	409	310
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.680)</b>	<b>(1.024)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>5%</b>	<b>15%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido - Althaia	(1.680)	(1.024)
Compensações e Parcelamentos - (Nota 14.c)	(268)	(3.443)
<b>Imposto corrente Althaia e Equaliv</b>	<b>(1.948)</b>	<b>(4.467)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou imposto sobre a renda e contribuição social sobre lucro líquido, não tendo desembolsado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 15 em 2018).

## 29 Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil não é materialmente diferente do valor justo.

Ativos financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	-	2.305	2.305
Contas a receber de clientes (Nota 9)	-	55.478	55.478
Mútuo entre partes relacionadas (Nota 13)	-	21.514	21.514
Outros créditos	-	1.539	1.539
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>80.836</b>	<b>80.836</b>

<b>Passivos financeiros</b>	<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>
Fornecedores (Nota 17)	-	22.472	22.472
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	94.575	94.575
Instrumentos financeiros derivativos	569	-	569
Outros passivos	-	552	552
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>569</b>	<b>117.599</b>	<b>118.168</b>

### **Política de gestão de riscos**

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial.

#### **a. Exposição a riscos cambiais**

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano e do euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores dos EUA e da Europa, expondo a Companhia às flutuações do câmbio destas moedas.

A Companhia contrata operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial relacionado às suas obrigações. As operações de hedge cobrem grande parte das obrigações em dólares e euros.

<b>Passivos</b>	<b>Fator de risco</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Instrumentos financeiros derivativos	EUR	569	511
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	EUR	7.746	11.300
Fornecedores (nota 17)	USD	5.183	2.172
Fornecedores (nota 17)	EUR	5.941	5.483
		<b>19.449</b>	<b>19.466</b>

#### *Análise de sensibilidade*

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e euros em 31 de dezembro de 2019, 2018, que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano e euro usados no cenário provável.

O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio nas datas base para as operações com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

<b>2019</b>				
<b>Instrumento</b>	<b>Fator de risco</b>	<b>Cenários</b>		
		<b>Saldo</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do EUR	569	711	853
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta do EUR	7.746	9.683	11.619
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do USD	5.183	6.478	7.775
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do EUR	5.951	7.439	8.927
		<b>19.449</b>	<b>24.311</b>	<b>29.173</b>

  

<b>2018</b>				
<b>Instrumento</b>	<b>Fator de risco</b>	<b>Cenários</b>		
		<b>Saldo</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do EUR	511	639	767
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta do EUR	11.300	14.125	16.950
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do USD	2.172	2.715	3.258
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do EUR	5.483	6.854	8.225
		<b>19.466</b>	<b>24.333</b>	<b>29.200</b>

**b. Riscos de flutuação nas taxas de juros**

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação deste risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Aplicações financeiras (Nota 8)	309	18
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(94.575)	(54.899)
	<b>(94.266)</b>	<b>(54.881)</b>



Em 31 de dezembro de 2019, dos saldos de Empréstimos e Financiamentos de R\$ 94.575 na Companhia são 80,53%% referente a Capital de Giro, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 4,5% a 14,65% a.a., 4,59% referente a Captação no Exterior - 4131, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 4,5% a 14,65% a.a., 3,50% referente a FINIMP, cuja taxa de juros pré fixada, tem um custo médio de 2,97% a 18,36% a.a., 2,31% referente a FINAME, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 4% a 15,87% a.a. 1,32 referente a Conta Garantida, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré fixada de 10% a 13% a.a., e 7,66% referente a Desconto de Duplicatas, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 0,62% a 0,91% por operação.

**c. *Concentração de risco de crédito***

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia está exposta ao risco de crédito decorre de recebíveis, transações com derivativos, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

**d. *Risco de liquidez***

É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. Em 31 de dezembro de 2019, os fluxos de caixa esperados provenientes do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 33.851 mil (2018: R\$ 15.039 mil) e as saídas esperadas de caixa para fornecedores e outras contas a pagar com vencimento em dois meses foram de R\$ 20.450 mil (2018: R\$ 11.034 mil). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Além disso, a Companhia possui as seguintes linhas de crédito:

- R\$ 10 milhões de linha de crédito para saque a descoberto sem garantia reais, somente no aval, que podem ser sacados, para atender a necessidade de financiamento no curto prazo. Os juros seriam pagos ao custo de CDI mais 4,00 % a.a.
- R\$ 30 milhões de linha de crédito pré-aprovadas com 50% garantia real, que podem ser sacados em até 36 parcelas para atender uma oportunidade de negócio ou uma necessidade não prevista. Os juros seriam CDI mais 2,75% a.a.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados, como segue:

	Valor	Até 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
Fornecedores (Nota 17)	22.472	22.472	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	94.575	40.021	32.321	21.016	1.217
Instrumentos financeiros derivativos	569	569	-	-	-
Outros passivos	552	426	126	-	-
<b>Total</b>	<b>118.168</b>	<b>63.488</b>	<b>33.447</b>	<b>21.016</b>	<b>1.217</b>

**e. Gestão de capital**

A Companhia monitora seu capital com base na dívida líquida e seu índice de alavancagem financeira. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, empréstimos de parceiros empresariais, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa.

O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 19)	94.575	54.899
Instrumentos financeiros derivativos	569	511
Fornecedores (Nota 17)	22.472	11.318
Passivo de arrendamento (Nota 18)	8.552	-
Outros passivos	552	584
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(2.305)	(224)
<b>Dívida líquida</b>	<b>124.415</b>	<b>67.088</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>30.492</b>	<b>(19.780)</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>25%</b>	<b>29%</b>

**f. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas.

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2018 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Efeito dos derivativos no balanço patrimonial</b>		
<b>Passivo</b>		
Circulante	329	136
Não circulante	<u>240</u>	<u>375</u>
	<b>569</b>	<b>511</b>
<b>Efeito dos derivativos no resultado</b>		
Ganho reconhecido no resultado	<u>369</u>	<u>569</u>
	<b>369</b>	<b>569</b>
<b>Efeito dos derivativos nos fluxos de caixa</b>		
Liquidação financeira	<u>(311)</u>	<u>(58)</u>
	<b>(311)</b>	<b>(58)</b>

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

### **30 Resultado por ação**

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias diluídas.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores	10.446	(3.925)
Média ponderada da quantidade de ações	<u>30.304.848</u>	<u>7.923.569</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	<b>0,34</b>	<b>(0,49)</b>

## **31 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 70.777 para danos materiais, R\$ 48.847 para lucros cessantes e R\$ 2.200 para responsabilidade civil.

Apólice de seguro com vigência de 6/12/2019 até 6/12/2020, com prêmio de R\$ 131, registrado como despesa antecipada no grupo de Outros créditos, ativo circulante.

## **32 Eventos subsequentes**

### **a. COVID-19**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo Corona vírus (“COVID 19”). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil.

A Companhia adotou medidas para a mitigação dos impactos da pandemia da COVID-19, em linha com as recomendações do Ministério da Saúde, com o objetivo de proteger seus colaboradores e evitar desabastecimento no Brasil de medicamentos . Foi criado um comitê técnico de crise interdisciplinar com reuniões periódicas para monitoramento da evolução da pandemia e que inclui diferentes profissionais da saúde.

A sua atividade é considerada essencial pelas autoridades de saúde e desde o início da pandemia a Companhia continua operando regularmente, com pleno funcionamento de sua produção, logística, cadeia de suprimentos e escritórios, ainda que temporariamente e parcialmente em regime de trabalho remoto. Até o presente momento, não houve nenhuma alteração em sua programação de produção, operação e comercialização, no entanto, a Administração entende que a Companhia está exposta aos riscos operacionais e de mercado relacionados à pandemia, principalmente: (i) variações cambiais sobre ativos e passivos expostos; (ii) eventuais impactos em sua cadeia de suprimentos; e (iii) possíveis problemas de crédito junto a clientes. A Companhia não espera um aumento significativo nas estimativas de perda da sua carteira de recebíveis, decorrentes dos efeitos da COVID 19, dado as características do seu negócio e perfil dos seus clientes. Quanto aos estoques a expectativa de realização diante da crise da pandemia COVID-19 é de manutenção dos produtos indicados para o tratamento de outras doenças, e ainda mais alta sobre produtos relacionados à imunidade, que são nossos nutracêuticos, como Vitamina D, Vitamina C, Ômega, entre outros, e também uma alta realização dos estoques do produto NITAZOXANIDA, molécula mapeada e testada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (“MCTI”) e aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”) no tratamento precoce da doença COVID-19.

Até a data desse relatório, não houve impactos significativos na cadeia de suprimentos. No caso da variação cambial a Companhia analisa periodicamente formas de proteção por instrumentos financeiros a novas oscilações do câmbio a serem implementadas caso necessário. Ver detalhes sobre a exposição a riscos cambiais na nota explicativa nº 29. A Companhia possui disponibilidade em caixa em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.305 e naquela data ativos circulantes superam passivos circulantes em R\$ 29.184, para suportar o curso regular dos negócios da Companhia.

**b. Aquisição de ativos**

A Companhia adquiriu em janeiro de 2020 ativos operacionais da Companhia Glauben Farmacêutica Ltda., uma indústria farmacêutica em pré-operação, situada na cidade de Itupeva SP, com o propósito de expansão da capacidade produtiva da Companhia.

**c. Incorporação reversa da Value Pharma**

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia realizou a incorporação reversa do acervo líquido da Value Pharma Investimentos e Participações S.A., até então sua controladora direta. A Value Pharma Investimentos e Participações S.A. se tratava de uma holding não operacional cujo único investimento era a própria Companhia Althaia S.A. Indústria Farmacêutica. O principal objetivo da incorporação é a simplificação da estrutura societária do grupo, de forma que todos os acionistas, até então da Value Pharma Investimentos e Participações S.A., passam a possuir suas ações diretamente na Althaia.

**d. Disputa judicial em andamento sobre o ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins**

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalmente decidiu entendimento (a) de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e (b) de que os efeitos dessa exclusão devem se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até (inclusive) essa data. A companhia se enquadra no contexto das sociedades que, no cômputo do valor do PIS e da COFINS, consideraram o ICMS na base de cálculo, ingressaram com ações judiciais, para salvaguardar seus direitos e, agora, se veem diante da decisão de reconhecer um ativo.

A Companhia ingressou com ação judicial anteriormente à 15 de março de 2017, questionando seu direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS que compreende o período de apuração de tributos de 12 de maio de 2011 a 12 de maio de 2016.

Em 24 de maio de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) editou o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, que autoriza a dispensa da interposição de recursos e contestações nos processos que discutem a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A PGFN orientou ainda a Administração Tributária a adotar, em relação a todos os seus procedimentos, o entendimento da referida decisão do STF. Nesse sentido, a PGFN orientou a Receita Federal a ajustar, de forma imediata, todos os procedimentos, rotinas e normativos relativos à cobrança do PIS e da COFINS a partir de 16 de maio de 2017, “em relação a todos os contribuintes, considerando a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS destacado em notas fiscais na base de cálculo dos referidos tributos”.

Em decorrência da decisão do STF e orientação da PGFN ao fisco em não mais recorrer das decisões judiciais envolvendo o tema (efeito vinculante), a Companhia, embora não tendo sua ação transitada em julgado, avaliou que não há fatores de risco que lhe impeçam de ter o seu direito assegurado com relação à tal pleito, assim atingindo o patamar de praticamente certo o ganho sobre essa demanda judicial no segundo trimestre de 2021.

Desde novembro de 2017 a companhia iniciou a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da Cofins, e com a publicação da Solução de Consulta Interna – COSIT nº 13 de 2018 a Companhia, de forma conservadora, passou a excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins apenas o ICMS efetivamente recolhido. Dessa forma, fazem parte dos valores levantados como crédito o ICMS destacado do período de 5 anos anteriores a data do processo protocolado pela Companhia (em 12 de maio de 2016) até outubro de 2017 e a diferença entre o ICMS destacado e o efetivo no período de novembro de 2018 a junho de 2021.

A Companhia concluiu o levantamento dos créditos dos valores envolvidos em seu(s) processo(s) e em sua melhor estimativa dos valores a serem recuperados, antes dos efeitos fiscais, é de R\$ 3.433, que serão reconhecidos nas demonstrações financeiras trimestrais de 30 de junho de 2021.

\* \* \*

**Jairo Aparecido Yamamoto**  
Diretor Presidente

**Allysson Fernando Yamamoto**  
Diretor Financeiro

**Thales Gabriel Viana**  
Gerente de Controladoria

**Alexandre de Souza Dias**  
Contador  
CRC SP-281855-O-5